

Prosegur Activa Alarmes S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Prosegur Activa Alarmes S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Prosegur Activa Alarmes S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião


Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prosegur Activa Alarmes S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 15 de maio de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7



Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP25906/O-0

Prosegur Activa Alarmes S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2013	2012	Passivos	Nota	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.648	936	Fornecedores		1.189	-
Clientes	6	3.434	-	Debêntures	9	9.132	28.700
Impostos a recuperar		2.998	564	Salários e encargos sociais		2.098	-
Estoques		727	-	Impostos e contribuições		262	-
Outros ativos circulantes		113	-	Obrigações por compra de participações	11	4.835	1.997
				Outros passivos circulantes		262	15
Total do ativo circulante		10.920	1.500	Total do passivo circulante		17.778	30.712
Depósitos judiciais		569	-	Debêntures	9	58.770	93.250
Total do ativo realizável a longo prazo		569	-	Impostos e contribuições		989	-
Investimentos	7	107.747	124.743	Passivo fiscal diferido	17(a)	855	4.068
Imobilizado		506	-	Obrigações por compra de participações	11	3.796	7.987
Intangível	8	24.450	24.188	Débitos com partes relacionadas	18	8.688	9.621
				Provisões	10	1.722	-
Total do ativo não circulante		133.272	148.931	Total do passivo não circulante		74.820	114.926
				Patrimônio Líquido			
				Capital social integralizado	12	362	50
				Reserva de capital	12	38.408	-
				Reservas de lucros	12	8.425	4.743
				Outros resultados abrangentes		4.399	-
				Total do patrimônio líquido		51.594	4.793
				Total do passivo		92.598	145.638
Total do ativo		144.192	150.431	Total do passivo e patrimônio líquido		144.192	150.431

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Activa Alarmes S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
Receita líquida	14	2.240	-
Custo dos serviços prestados	15	<u>(452)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		<u>1.788</u>	<u>-</u>
Despesas comerciais	15	(1.652)	-
Despesas gerais e administrativas	15	(3.212)	(1.293)
Resultado de equivalência patrimonial	7	<u>15.238</u>	<u>2.253</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>12.162</u>	<u>960</u>
Despesas financeiras	16	(12.080)	(8.987)
Receitas financeiras	16	<u>143</u>	<u>14.015</u>
Receita (despesas) financeiras líquidas		<u>(11.937)</u>	<u>5.028</u>
Resultado antes dos impostos		225	5.988
Imposto de renda e contribuição social	17	<u>3.457</u>	<u>(1.246)</u>
Resultado do exercício		<u><u>3.682</u></u>	<u><u>4.742</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Activa Alarmes S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2013	2012
Resultado líquido do exercício	3.682	4.742
Atualização passivo atuarial - CPC 33 reflexo de investidas	1.031	-
Variação no percentual de participação em investidas	3.368	-
Resultado abrangente do exercício	8.081	4.742

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Activa Alarmes S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros e (Prejuízos) Acumulados	Totais
		Ágio na emissão de ações	Legal	Lucros Retidos			
Saldos em 01 de janeiro de 2012	50	-	-	1	-	-	51
Total de resultados abrangentes do período							
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	4.742	4.742
Transações com acionistas							
Constituição de reserva legal	-	-	10	-	-	(10)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	4.732	-	(4.732)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	50	-	10	4.733	-	-	4.793
Total de resultados abrangentes do período							
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	3.682	3.682
Atualização passivo atuarial - CPC 33, reflexo	-	-	-	-	1.031	-	1.031
Variação no percentual de participação em investidas	-	-	-	-	3.368	-	3.368
Transações com acionistas							
Aumento de Capital	312	-	-	-	-	-	312
Ágio na emissão de ações	-	38.408	-	-	-	-	38.408
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	3.682	-	(3.682)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	362	38.408	10	8.415	4.399	-	51.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Activa Alarmes S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	3.682	4.742
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	1.380	1.021
Perda esperada para crédito com liquidação duvidosa	1.131	-
Provisão para contingências	338	-
Impostos diferidos	(3.094)	(347)
Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	9.615	8.987
Equivalência patrimonial	(15.238)	(2.253)
	(2.186)	12.150
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber de clientes	650	-
Impostos a recuperar	(952)	(564)
Estoques	(207)	-
Outros ativos	(750)	-
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	317	-
Impostos e contribuições	(453)	-
Salários e encargos sociais	63	-
Outros passivos	(224)	15
Fluxo de caixa (usado nas) proveniente das atividades operacionais	(3.742)	11.601
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado e intangível	(1.287)	(20.794)
Aquisições de participações societárias	-	(113.640)
Dividendos recebidos de controladas	36.095	-
Ingresso (pagamento) de obrigações por compra de participações	(2.021)	9.341
Caixa adquirido nas incorporações	1.285	-
Aporte de capital em controladas	(220)	(8.850)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimentos	33.852	(133.943)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aporte de capital de acionistas	312	-
Ágio na emissão de ações	38.408	-
Ingresso (pagamento) de mútuos entre partes relacionadas, líquido	(3.123)	9.620
Captação de debêntures	-	120.000
Pagamento das debêntures	(62.995)	(6.394)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento	(27.398)	123.226
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	2.712	884
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	936	52
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.648	936
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	2.712	884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Prosegur Activa Alarmes S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Av. Ermano Marchetti, 1.435, Bairro da Lapa, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 02 de julho de 2009, sob a forma societária de empresa limitada, tendo sido transformada em sociedade anônima de capital fechado em 12 de fevereiro de 2012.

A Companhia tem como objeto social a instalação e manutenção de equipamentos, dispositivos, alarmes e sistemas de segurança eletrônica; exploração de centrais de monitoramento eletrônico para recepção, verificação e transmissão de sinais de alarme, e sua comunicação às forças e corpos de segurança públicos; prestação de serviços de pronta resposta, no atendimento de chamados de acionamento de alarmes de demais sistemas de segurança.

Em 31 de dezembro de 2013, a Prosegur Activa, apresentava excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 6.858, decorrente, principalmente, do vencimento de parte do saldo das debêntures em 2015. Para equalização da situação do capital circulante líquido negativo a Prosegur Activa conta com garantia da Prosegur Companhia de Seguridad S.A. “Garantidora Espanhola”, conforme Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, nota explicativa 9.

2 Incorporações de controladas

Incorporação da Nordeste Segurança Eletrônica Ltda.

Em Ata de Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 01 de dezembro de 2013, foi deliberada a incorporação da controlada Nordeste Segurança Eletrônica Ltda., baseando-se em instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação, bem como em Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido da incorporada.

A incorporação teve como objetivo a racionalização, sinergia e ganho de escala das atividades operacionais, administrativas e comerciais.

Os montantes dos acervos líquidos incorporados pela controlada Nordeste Segurança Eletrônica Ltda., em 01 de dezembro de 2013, podem ser assim sumariados:

	Saldos de ativos e (passivos) incorporados
Caixa e equivalentes de caixa	1.285
Clientes	5.215
Outros ativos circulantes	2.035
Depósitos judiciais	569
Crédito com empresas ligadas	290
Imobilizado	526
Intangível	335
Imposto de renda diferido	119
Fornecedores	(872)
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.035)
Obrigações tributárias	(1.704)
Débito com empresas ligadas	(975)
Provisão para contingências	(1.384)
Outras obrigações	(471)
Acervo líquido incorporado	<u>2.933</u>

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações na legislação societária e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria da Companhia em 15 de maio de 2014.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras mensuradas pelos seus valores justos por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 6 – premissa sobre a mensuração das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa 17 – premissa sobre a mensuração do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais; e
- Nota explicativa 10 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas.

Equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa abrangem saldos de investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

b. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i. Ativos financeiros (*incluindo recebíveis*)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Caso sejam identificados como não tendo sofrido perda de valor

individualmente, eles são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, se reduz o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

c. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Imobilizado em curso composto predominantemente de ampliação da rede de processamento de dados e microcomputadores, ampliação e modernização de maquinários.

ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto

reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos intangíveis

i. Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis.

Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii. Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo nos ativos qualificáveis para os quais a data de início da capitalização é 1º de janeiro de 2009 ou posterior. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

iii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

iv. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

v. Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.

f. Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

g. Receita operacional

i. Serviços

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados. A receita pela prestação de serviços de segurança eletrônica, não faturadas, é reconhecida como contas a receber de clientes tendo como base mensal a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de forma que as receitas se contraponham aos custos na competência adequada.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

i. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos.

j. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável

excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2014, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos

requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

IFRIC 21 – Taxas públicas

Em maio de 2013, o IASB emitiu o IFRIC 21 – *Levies Published* que trata da contabilização de taxas e pagamentos a serem efetuados ao Governo ou entidades governamentais como agências. Não estão no escopo desta Interpretação o imposto sobre a renda, multas ou outras penalidades. Na data de emissão destas demonstrações financeiras a Companhia não estava sujeitas a taxas ou pagamentos dentro do escopo desta norma e, portanto, a Administração estima que não haverá impactos matérias nos resultados futuros decorrentes da adoção desta norma.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa	46	-
Bancos conta movimento	3.102	39
Aplicações Financeiras	500	897
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	<u>3.648</u>	<u>936</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 13. Os saldos de caixa e bancos, que compreendem basicamente saldos em conta-corrente, foram classificados como empréstimos e recebíveis. As aplicações financeiras, foram classificadas como valor justo por meio do resultado, referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário remunerados a aproximadamente 97,20% (100% em 31 de dezembro de 2012) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), podendo ser resgatadas a qualquer tempo como equivalentes de caixa.

6 Clientes

	2013	2012
Clientes	8.947	-
Serviços a faturar	80	-
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(5.593)	-
Total contas a receber de clientes	<u>3.434</u>	<u>-</u>

Reconhecimento dos Serviços a faturar

Parte dos serviços a clientes são faturados no mês subsequente, sendo assim, todos os serviços já executados dentro do mês, relacionados a esses clientes específicos, são provisionados na conta de “Serviços a faturar” no grupo contábil de “Clientes” no ativo circulante, em contrapartida à conta de “Receita” na demonstração do resultado do exercício.

A composição de Clientes, por vencimento, está demonstrada abaixo:

	2013
A vencer	866
0 a 30 dias	1.801
31 a 60 dias	299
61 a 90 dias	501
91 a 180 dias	1.844
Mais de 181 dias	3.716
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(5.593)
Total	<u><u>3.434</u></u>

A movimentação na perda esperada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

Saldo em 31/12/12	-
Créditos provisionados no exercício	(1.131)
Saldo incorporado de investidas	(4.462)
Saldo em 31/12/13	<u><u>(5.593)</u></u>

A despesa com a constituição da provisão para perda esperadas em créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica despesas comerciais na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica de contas a receber de clientes relativos à provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa são realizados contra a baixa definitiva do título.

7 Investimentos

Nenhuma das companhias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

Durante o exercício de 2013, a investida Prosegur Holding e Participações S.A. incorreu em aumentos de capital (conforme AGE's de 23 de maio de 2013, de 19 de junho de 2013 e 18 de dezembro de 2013) que foram subscritos integralmente pela controladora global do Grupo Prosegur (Prosegur Companhia de Seguridad S.A.), dessa forma, a participação da Companhia na respectiva coligada foi diluída ao longo do ano, passando de 15,98% em 31 de dezembro de 2012 para 10,78% em 31 de dezembro de 2013. O efeito dessa diluição foi reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia como resultado abrangente.

Incorporação da Digipro e da NSE

Em 1º de novembro de 2013, a Prosegur Sistemas de Segurança Ltda. ("Prosegur Sistemas"), empresa pertencente ao Grupo Prosegur no Brasil, incorporou a Digipro Processamento de Dados Ltda. ("Digipro"), anteriormente investida da Prosegur Activa Alarmes S.A. Com isto, a Companhia passou a deter quotas da Prosegur Sistemas em montante proporcional ao investimento anterior. A incorporação da Nordeste Segurança Eletrônica Ltda. ("NSE") ocorreu no dia 01 de dezembro de 2013, por esse motivo as informações dessas participações no quadro abaixo estão apenas em 2012 apresentadas pelo resultado de equivalência patrimonial que geraram no período.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas coligadas e controladas. As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Dados sobre as participações

	Participação	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial	Total Investimento
2012											
<i>Controladas</i>											
Nordeste Segurança Eletrônica Ltda.	100%	8.789	694	9.483	5.403	603	6.006	3.477	1.120	2.944	3.477
Digipro Processamento de Dados Ltda.	100%	418	58	476	351	626	977	(501)	(834)	(691)	(501)
<i>Coligadas</i>											
Prosegur Holding e Participações S.A.	15,98%	4.735	859.519	864.254	19.288	82.348	101.636	762.618	155.540	-	121.832
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(65)
Total em 31 de dezembro de 2012		13.942	860.271	874.213	25.042	83.577	108.619	765.594	155.826	2.253	124.743
2013											
<i>Controladas</i>											
Nordeste Segurança Eletrônica Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.217)	-
Digipro Processamento de Dados Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.153)	-
<i>Coligadas</i>											
Prosegur Holding e Participações S.A.	10,78%	47.465	972.898	1.020.363	117	21.577	21.694	998.669	139.452	17.590	107.690
Prosegur Sistemas em Segurança Ltda.	0,15%	23.001	31.295	54.296	11.365	5.237	16.602	37.694	12.475	18	57
Total em 31 de dezembro de 2013		70.466	1.004.193	1.074.659	11.482	26.814	38.296	1.036.363	151.927	15.238	107.747

8 Intangível

Custo do Intangível Bruto	Carteira de clientes	Fundo de comércio	Licença de uso de software	Marcas, direitos e patentes	Desenv. de informática	Acordo não competitividade	Total
Saldos em 31/12/2011	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	20.794	-	-	-	-	20.794
Transferências	11.420	(12.985)	-	1.565	-	-	-
Efeito de IR/CS Diferido s/ alocação intangíveis	-	4.415	-	-	-	-	4.415
Saldos em 31/12/2012	11.420	12.224	-	1.565	-	-	25.209
Adições	-	-	16	16	1.599	-	1.631
Transferências	(462)	(30)	-	103	-	389	-
Saldos em 31/12/2013	10.958	12.194	16	1.684	1.599	389	26.840

Amortização Acumulada	Carteira de clientes	Fundo de comércio	Licença de uso de software	Marcas, direitos e patentes	Desenv. de informática	Acordo não competitividade	Total
Saldos em 31/12/2011	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(695)	-	-	(326)	-	-	(1.021)
Saldos em 31/12/2012	(695)	-	-	(326)	-	-	(1.021)
Amortização	(772)	-	(8)	(446)	-	(143)	(1.369)
Saldos em 31/12/2013	(1.467)	-	(8)	(772)	-	(143)	(2.390)
Taxas anuais de amortização (%)	5 a 20	-	20	25 a 33	-	20	
Intangível líquido							
Saldos em 31/12/2012	10.725	12.224	-	1.239	-	-	24.188
Saldos em 31/12/2013	9.491	12.194	8	912	1.599	246	24.450

i. Amortização

Em função das aquisições da NSE e Digipro em 2012, foram identificados ágios gerados nas compras e ativos intangíveis de combinação de negócios, com base em laudos elaborados por empresa independente. Os ativos intangíveis alocados dos ágios possuem vida útil definida, com amortização linear, conforme prazo apresentado abaixo:

	Prazo de Amortização (anos)
Marcas, direitos e patentes	3 a 4
Carteira de clientes	12 a 18
Acordo de não competitividade	5

Além dos ativos intangíveis mencionados anteriormente, como advindos de combinações de negócios, foram registrados os gastos com aquisição e desenvolvimento de software, amortizados pelo método linear a taxa de 20% ao ano.

ii. Teste de redução ao valor recuperável do ágio

O teste de redução ao valor recuperável do ágio (Fundo de Comércio) foi baseado no valor justo menos as despesas de vendas. O valor justo menos despesas de vendas foi determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontadas a valor presente e não indicou a necessidade de perda do valor recuperável.

9 Debêntures

	2013	2012
Passivo circulante		
Debêntures Curto Prazo	10.211	30.028
Custo com as captações Curto Prazo	(1.079)	(1.328)
Total	9.132	28.700
 Passivo não circulante		
Debêntures Longo Prazo	58.770	93.333
Custo com as captações Longo Prazo	-	(83)
Total	58.770	93.250

Em 11 de abril de 2012, foi formalizado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de Debêntures Simples, no montante de R\$ 120.000 não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Prosegur Activa Alarmes S.A.. Os recursos obtidos pela emissora por meio de oferta pública restrita foram destinados à aquisição e reperfilamento da dívida das empresas do grupo Nordeste.

As debêntures, não conversíveis em ações da emissora, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados, tem prazo de 05 (cinco) anos a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 07 de março de 2017. O valor nominal unitário de cada debênture foi de R\$ 1.000 na data de emissão, respeitando o disposto no inciso II, artigo 4º da Instrução CVM 476, tendo sido, portanto, emitidas 120 (cento e vinte) debêntures. O valor nominal unitário das debêntures foi estabelecido para ser amortizado em 9 (nove) parcelas semestrais e consecutivas, sendo que as primeiras duas parcelas foram amortizadas em 07 de março e 07 de setembro de 2013, e as próximas parcelas serão amortizadas nas datas de vencimento, conforme indicado a seguir.

Parcela	Data de Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário	Amortização (R\$ mil)
1	07/03/2013	11,12%	13.344
2	07/09/2013	5,56%	6.672
3	07/03/2014	5,56%	6.672
4	07/09/2014	5,56%	6.672
5	07/03/2015	5,56%	6.672
6	07/09/2015	16,66%	19.992
7	07/03/2016	16,66%	19.992
8	07/09/2016	16,66%	19.992
9	07/03/2017	16,66%	19.992
		100,00%	120.000

A Escritura foi celebrada com base na deliberação da Assembléia Geral Extraordinária da emissora, realizada em 28 de março de 2012, sendo que para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das debêntures foi 07 de março de 2012. As debêntures foram objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme colocação para a

totalidade das debêntures, de forma não solidária, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. O agente fiduciário da operação é a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., os bancos acima mencionados atuaram como intermediários da operação, através de oferta de investidores.

O banco mandatário da emissão foi o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, capital. A oferta restrita foi realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM e não será objeto de registro na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º do código ANBIMA.

As debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário de Módulo de Distribuição de Títulos e Módulo Nacional de Debêntures e somente poderão ser negociadas nos mercados de valores mobiliários, entre investidores qualificados definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do 109 da instrução CVM nº 409 de 2004.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. A remuneração das debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da data da primeira subscrição e integralização das debêntures correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros, de um dia, expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de uma sobretaxa de 2,30% ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das debêntures e pagos ao final de cada período de capitalização.

A remuneração será paga semestralmente, a partir da emissão, sendo o primeiro pagamento em 07 de setembro de 2012. Farão jus à remuneração os titulares de debêntures ao final do dia útil anterior a cada data de pagamento da remuneração.

A Prosegur Compañía de Seguridad S.A. (Garantidora Espanhola e, em conjunto com as Garantidoras Brasileiras) prestou, por meio de uma Letter of Guarantee constituída de acordo com as leis da Espanha, garantia fidejussória em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal pagadora, solidariamente responsável com a emissora e com as garantidoras brasileiras, pelo pagamento das obrigações garantidas. Valor total da emissão de R\$120.000. As debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, à vista, em moeda corrente nacional de acordo com as normas de liquidação aplicáveis a CETIP.

A escritura de emissão estabelece algumas condições que, em caso de descumprimento durante o período de vigência, podem acarretar no vencimento antecipado das debêntures, dentre elas destacam-se as seguintes:

- Relação entre dívida líquida e EBTIDA da Garantidora Espanhola seja superior a 3,0 (três inteiros) e
- Relação entre EBITDA e a despesa financeira líquida da Garantidora Espanhola seja inferior a 5,0 (cinco inteiros).

O agente fiduciário fará anualmente a medição de referidos índices financeiros com base nos demonstrativos financeiros consolidados e auditados da Garantidora Espanhola. A Garantidora

Espanhola obriga-se a apresentar ao Agente Fiduciário referentes demonstrativos financeiros no prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar da divulgação ao mercado das demonstrações financeiras da Garantidora Espanhola.

Em 31 de dezembro de 2013 os índices acima mencionados foram cumpridos pela Companhia.

Amortização Extraordinária das Debêntures

Conforme documento emitido no dia 23 de maio de 2012, a Companhia criou um evento de “Amortização Extraordinária, Juros e Prêmio da Série Única da 1ª Emissão de Debêntures da Prosegur Activa Alarmes S.A. – ativo PRSA11”. Este documento foi assinado pelos representantes legais da Companhia e possui aprovação do Agente Fiduciário (SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.).

A amortização extraordinária do principal e juros, assim como o pagamento do prêmio de 0,90%, ocorreu no dia 31 de janeiro de 2014 sob montante de R\$ 32.103, equivalente a 30,1% de amortização do principal.

10 Provisões

	Contingências			Outras provisões	Total
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas		
Saldos em 31/12/12	-	-	-	-	-
Adições	94	204	209	37	544
Reversões	-	(66)	(140)	-	(206)
Saldos incorporados	463	124	797	-	1.384
Saldos em 31/12/13	557	262	866	37	1.722
Circulante	-	-	-	-	-
Não circulante	557	262	866	37	1.722

a. Provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes são destinadas a cobrir eventuais perdas em questões trabalhistas, cíveis e fiscais, que estão em andamento, nas diversas esferas administrativas e jurídicas. As provisões para eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes de passivos contingentes são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas na opinião de seus assessores legais.

A Companhia tem ações de natureza tributária, trabalhista e cível envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 150 (R\$ 0 em 2012), para as quais não há provisão constituída.

11 Obrigações por compra de participações

As obrigações por compra de participações se referem às aquisições das empresas Nordeste Segurança Eletrônica Ltda. e Digipro Processamento de Documentos e Valores Ltda. O montante devido pela aquisição das empresas é atualizado pela taxa equivalente a variação de 100% do CDI, sendo amortizado anualmente na proporção de 20% a cada período de 12 meses da assinatura do contrato.

	2013	2012
Nordeste Segurança Eletrônica Ltda.	6.473	7.488
Digipro Processamento de Documentos e Valores Ltda.	2.158	2.496
Total	<u>8.631</u>	<u>9.984</u>
Circulante	<u>4.835</u>	<u>1.997</u>
Não Circulante	3.796	7.987

As parcelas de longo prazo possuem os seguintes vencimentos:

	2013	2012
2014	-	1.997
2015	1.265	1.997
2016	1.265	1.997
2017	1.266	1.996
	<u>3.796</u>	<u>7.987</u>

12 Capital social e reservas

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 362, era composto de ações nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

Acionistas	Quantidade de ações			Valor (R\$)
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Prosegur Activa Holding S.L	97	-	97	48.500
Prosegur Compañia de Seguridad. S.A.	493	-	493	246.500
Prosegur Tecnol. Sist.Seg. Eletrônica e Incêndios Ltda.	134	-	134	67.000
	<u>724</u>	<u>-</u>	<u>724</u>	<u>362.000</u>

Em 2012

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 50, era composto de ações nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

Acionistas	Quantidade de ações			Valor (R\$)
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Prosegur Activa Holding S.L	97	-	97	48.500
Prosegur Compañia de Seguridad. S.A.	1	-	1	500
Prosegur Tecnol. Sist.Seg. Eletrônica e Incêndios Ltda.	2	-	2	1.000
	<u>100</u>	<u>-</u>	<u>100</u>	<u>50.000</u>

b. Reserva de capital

As reserva de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço do seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da Companhia em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Constam como tais reservas o ágio na emissão de ações, que se refere a transações de capital com os sócios.

c. Reserva de lucros

- ***Reserva legal***

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76. Em 2013 não foi constituído nenhum montante de reserva legal pelo fato do saldo de reserva legal, acumulado até o final do exercício anterior, acrescido da reserva de capital, estar superior ao capital social em 30%, conforme parágrafo 1º do art. 193 da Lei 6.404/76.

- ***Reserva de retenção de lucros***

São as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, como previsto pelo § 4º do art. 182 da Lei 6.404/76.

O saldo remanescente dos lucros gerados até o exercício de 2012 não foi utilizado para distribuição de lucros ou aumento de capital durante o exercício de 2013, sendo apenas acumulado com o saldo do resultado do exercício de 2013, fechando em um montante de R\$ 8.415 em 31 de dezembro de 2013. Esse saldo em 31 de dezembro de 2013 ultrapassou o valor do capital social. Em atendimento ao disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei nº 11.638/07, a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que deverá ser realizada durante o exercício de 2014, irá deliberar sobre a destinação desse excesso.

13 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração no Brasil juntamente com a Administração da matriz na Espanha tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os diretores são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas e diretrizes de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes da Companhia, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. A provisão de perda coletiva é determinada com base em histórico de estatísticas de pagamento para ativos financeiros semelhantes. As transações vencidas há mais de 180 dias são analisadas pelo departamento de contas a receber a fim de identificar perdas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes, o qual é analisado periodicamente pela Administração da Companhia.

Risco de mercado

O risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos e passivos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A avaliação e controle deste risco são feitos periodicamente.

Gestão de capital

O objetivo da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança da controladora, credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Ela monitora as margens de lucro reais em relação aos retornos esperados para cada uma das linhas de serviços.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

a. Riscos de crédito

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa e Clientes	<u>7.082</u>	<u>936</u>
Total	<u>7.082</u>	<u>936</u>

Perdas por redução no valor recuperável

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis está apresentado na nota explicativa 6.

Com base nas taxas de inadimplência históricas, a Companhia acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável é necessária com relação a contas a receber de clientes não vencidas ou vencidas até 180 dias.

b. Risco de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2013	2012
Passivo financeiro não derivativo		
Fornecedores	1.189	-
Debêntures	67.902	121.950
Obrigações por compra de participações	8.631	9.984
Débitos com Partes relacionadas	8.688	9.621
Total	86.410	141.555

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro da Companhia:

31 de dezembro de 2013	Valor Contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	Acima 2 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	1.189	1.189	-	-
Debêntures	67.902	9.132	26.667	32.103
Obrigações por compra de participações	8.631	4.835	1.265	2.531
Débitos com Partes relacionadas	8.688	-	8.688	-
Total	86.410	15.156	36.620	34.634

c. Risco de mercado

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros com taxa variável era:

	2013	2012
Ativos financeiros (Aplicações financeiras)	500	897
Passivos financeiros (Obrigações por compra de participações e Debêntures)	76.533	131.934

Risco cambial

Os riscos com moeda estrangeira estão associados às transações com a controladora Prosegur Cia. de Seguridad S.A., sediada na Espanha, cujos valores a pagar correspondem a R\$ 500 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2012), e que estão contratados em Euros.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros, ao final do período de relatório, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

	<u>Lucro ou prejuízo</u>		<u>Patrimônio líquido</u>	
	100 pb aumento	100 pb diminuição	100 pb aumento	100 pb diminuição
Aplicações financeiras (CDI)	20	(20)	20	(20)
Debêntures (CDI)	(685)	685	(685)	685
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	(665)	665	(665)	665

Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	2013		2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa	500	500	897	897
Clientes	3.434	3.434	-	-
Debêntures	67.902	67.902	121.950	121.950
Fornecedores	1.189	1.189	-	-
Débitos com partes relacionadas	8.688	8.688	9.621	9.621

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- *Equivalentes de caixa* - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação do CDI.
- *Clientes, Fornecedores e Partes relacionadas* - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.
- *Empréstimos, financiamentos e Debêntures* - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- *Nível 1*: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos ;
- *Nível 2*: Inputs, exceto preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- *Nível 3*: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo financeiro designado ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras)	500	-	-	500
Total de ativos	500	-	-	500
Em 31 de dezembro de 2012				
Ativo financeiro designado ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras)	897	-	-	897
Total de ativos	897	-	-	897

14 Receita operacional

	2013	2012
Receita bruta	2.560	-
Menos:		
Impostos sobre vendas		
Devoluções e abatimentos	(249)	-
	(71)	-
Total de receita líquida	2.240	-

15 Custos e despesas operacionais

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir, o detalhamento do resultado por natureza.

Custos e despesas por função

	2013	2012
Custo dos serviços prestados	(452)	-
Despesas comerciais	(1.652)	-
Despesas gerais e administrativas	(3.212)	(1.293)
Total de custos e despesas operacionais	(5.316)	(1.293)

Custos e despesas por natureza

	2013	2012
Custos e Despesas com Pessoal	(1.112)	-
Amortização e Depreciação	(1.375)	(1.021)
Perda esperada em crédito de liquidação duvidosa	(1.131)	-
Serviços de terceiros contratados	(496)	(15)
Outros custos e despesas operacionais	(1.202)	(257)
Total de Custos e Despesas Operacionais	(5.316)	(1.293)

16 Receitas financeiras e despesas financeiras

	2013	2012
Juros sobre aplicações financeiras	81	3.044
Variação cambial ativa (a)	-	10.971
Outras receitas financeiras	62	-
Receitas financeiras	143	14.015
Despesas de juros (b)	(9.416)	(8.702)
Despesas com comissão	(338)	(249)
Variação cambial passiva	(729)	(36)
Outras despesas financeiras	(1.597)	-
Despesas financeiras	(12.080)	(8.987)
Despesas financeiras líquidas	(11.937)	5.028

- (a) Em 2012 trata-se da variação cambial advinda do contrato de mútuo entre a Prosegur Activa Alarmes S.A. (mutuante) e a Prosegur Compania de Seguridad, S.A. (mutuaria), fixado em euros, que entrou em vigor no dia 18 de julho de 2012 e que foi cedido a Prosegur Holding S.A. em 31 de dezembro de 2012.
- (b) Juros incorridos principalmente em função das debêntures emitidas pela Prosegur Activa Alarmes S.A.

17 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	2013	2012
Lucro contábil antes dos impostos	225	5.988
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	77	2.036
Adições / exclusões permanentes		
Resultado de equivalência patrimonial	(5.181)	(766)
Amortização dos intangíveis	447	
Ativo fiscal diferido constituído	2.612	-
Outros	(1.412)	(24)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(3.457)	1.246
Diferido	(3.457)	(347)
Corrente	-	1.593
Alíquota efetiva	0%	21%

a. Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

Impostos diferidos ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Prejuízo Fiscal	2.612	-	-	-	2.612	-
Diferenças temporárias	154	-	-	-	154	-
Alocação de intangíveis	-	-	(3.621)	(4.068)	(3.621)	(4.068)
Impostos ativos (passivos)	2.766	-	(3.621)	(4.068)	(855)	(4.068)

18 Partes relacionadas

Controladora e controladora final

A controladora da Companhia é a Prosegur Cia. de Seguridad S.A. sediada na Espanha.

Remuneração de pessoal-chave da administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração da Companhia é realizada pela empresa Prosegur Brasil S.A. – Transportadora de Valores e Segurança, pertencente ao mesmo grupo econômico.

Outras transações com partes relacionadas

	Débito (crédito)					
	2013			2012		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controladoras						
Prosegur Cia. de Seguridad S.A.	-	(500)	-	-	-	-
Prosegur Tecnologia em Sist. de Seg. Ltda.	-	(905)	-	-	-	-
Coligadas						
Prosegur Brasil S.A.	-	(5.262)	-	-	(9.621)	-
TSR Participações Societárias S. A.	-	(2.021)	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>(8.688)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.621)</u>	<u>-</u>
Sumário por natureza:						
Débitos com partes relacionadas		(8.688)			(9.621)	

As obrigações líquidas com a controladora indireta Prosegur Cia. de Seguridad S.A. se referem a operações de mútuos, os quais são atualizados pela variação do Euro mais a variação da TJLP.

As demais transações com partes relacionadas se referem substancialmente a contas correntes entre empresas do grupo, as quais são corrigidas pela TJLP. Embora os contratos de mútuos possuam data de vencimento por prazo indeterminado, os débitos com partes relacionadas estão no passivo não circulante, pois, não há expectativa dos mesmos serem liquidados nos próximos 12 meses.

19 Evento subsequente

Resgate antecipado total

Conforme documento emitido no dia 23 de janeiro de 2014, a Companhia criou um evento de “Resgate Antecipado Total, Juros e Prêmio da Série Única da 1ª Emissão de Debêntures da Prosegur Holding e Participações S.A. – ativo PRSA11”. Este documento foi assinado pelos representantes legais da Companhia e possui aprovação do Agente Fiduciário (SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.).

O resgate antecipado total do principal e juros, assim como o pagamento do prêmio de 0,90%, ocorreu no dia 31 de janeiro de 2014 no montante de R\$ 73.386.

O resgate antecipado total obteve anuência dos bancos intermediadores (Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., e Banco Santander Brasil S.A.) pelo documento emitido ao agente fiduciário no dia 27 de janeiro de 2014.

* * *

DIRETORIA

Carlos Eduardo Escobal

Aprígio Rello Júnior

José Ascânio Ferreira

Denilson Colodetti Pinheiro

Responsável Técnico

Graziella Figueiredo Ferreira
Gerente Corporativa Contábil
CRC-MG 080210/O-8